

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1315147 - SP
(2018/0150114-8)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : PAULO DE OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADO : ADRIANA JANDELLI GIMENES - SP121148
AGRAVADO : GIANCARLLO MELITO E OUTROS
ADVOGADOS : THIAGO DO AMARAL SANTOS - SP221789
GIANCARLLO MELITO - SP196467
AGRAVADO : WOLTERS ENTERTAINMENT LTDA
AGRAVADO : CHRISTIAN WOLTERS MARACCINI
AGRAVADO : ANDRE RODRIGUES FELLIN GOMES
ADVOGADOS : THIAGO DO AMARAL SANTOS - SP221789
GIANCARLLO MELITO - SP196467
MARIANA PRADO LISBOA - SP306084
AGRAVADO : RASMUS EJLERS WOLTERS
AGRAVADO : CHRISTIAN BENDZ WOLTERS
AGRAVADO : VIVIANE EJLERS WOLTERS
AGRAVADO : EDGAR ANDRE GOMES
ADVOGADO : ALEXANDRE SIQUEIRA SALAMONI - SP237433
AGRAVADO : LUCIANA CARVALHO CAMPEDELLI
ADVOGADO : RICARDO SCHNEIDER - SP164273
AGRAVADO : ARNALDO NEWTON DE AGUIAR LAFUENTE
JUNIOR
ADVOGADO : ANDRÉ GALOCHA MEDEIROS - SP163699

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL – AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO C/C PEDIDO CONDENATÓRIO – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DO AUTOR.

1. Não se admite o recurso especial, quando não ventilada, na decisão proferida pelo Tribunal de origem, a questão federal suscitada. Aplicação da Súmula 211/STJ. Precedentes.

1.1. "A *admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei*". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017.)

2. Consoante a jurisprudência deste Tribunal Superior, a ausência de fundamentação não deve ser confundida com a adoção de razões contrárias aos interesses da parte, assim, não há

Superior Tribunal de Justiça

violação ao artigo 489 do CPC/15 quando o Tribunal de origem decide de modo claro e fundamentado, como ocorre na hipótese. Precedentes.

3. Rever o entendimento do acórdão impugnado, no que toca aos danos morais, implicaria o reexame fático-probatório, procedimento inadmissível no âmbito do recurso especial, por força da Súmula 7/STJ, não se tratando de hipótese de reavaliação probatória.

4. Com relação à fundamentação delineada pela Corte de origem acerca da não admissão do autor no quadro social configurar exercício regular de direito, não houve impugnação nas razões do recurso especial, atraindo a incidência da Súmula 283 do STF.

5. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator